

Cooperação Internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti

Livia Morena Brantes Bezerra

Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pelo Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais/IPPRI/UNESP
e-mail: morena.livia@gmail.com

Resumo

As desigualdades resultantes do desenvolvimento capitalista no mundo geraram a necessidade de se estabelecer uma política de cooperação para o desenvolvimento entre os países. O Haiti, como país mais empobrecido da América Latina está desde muito sujeito à ingerência internacional travestida de cooperação. A Internacional Comunitária, as organizações não-governamentais, as agências de ajuda pública ao desenvolvimento, antes de ajudarem o Haiti estão roubando sua soberania. O Brasil tem papel chave nessa questão pois ainda tem o comando da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, e sustenta o maior contingente militar estrangeiro ali presente. As organizações populares brasileiras, por sua vez tentam contrapor essa atuação com solidariedade e promovendo autonomia.

Palavras-chave: Cooperação internacional; desenvolvimento; Haiti.

International Cooperation and the contest of the development in Haiti

Abstract

The inequalities arising from capitalist development around the world generated the need to establish cooperation for development politics between countries. Haiti is, as the most impoverished country in America, since long subject to international intervention travestied as cooperation. The International Community, the Non-governmental organizations, public assistance agencies to development instead of helping Haiti, are actually stealing their sovereignty. Brazil has a key role in this matter, because we still have the command of the United Nations Mission for Stabilization of Haiti, and it holds the largest foreign military contingent present there. Brazilian popular organizations, on the other hand, try to counteract this action with solidarity and promoting autonomy.

Key Words: International cooperation; development; Haiti.

Cooperación Internacional y la disputa del desarrollo en Haití

Resumen

Las desigualdades resultantes del desarrollo capitalista en el mundo llevaron a la necesidad de establecer una política de cooperación para el desarrollo entre los países. Haití, como el país más empobrecido en América Latina está hace mucho bajo la interferencia internacional burla de cooperación. La comunidad internacional, las organizaciones no gubernamentales, agencias de asistencia pública para el desarrollo, antes de ayudar a Haití están robando su soberanía. Brasil tiene un papel clave en este asunto porque todavía tenemos el mandato de la Misión de las Naciones Unidas para la Estabilización de Haití, y mantiene el mayor contingente militar extranjero presente allí. Organizaciones populares brasileñas, a su vez tratan de contrarrestar esta acción con la solidaridad y la promoción de la autonomía.

Palabras-clave: Cooperación internacional; desarrollo; Haití.

Introdução

O desenvolvimento do sistema capitalista globalizado e hegemônico, gerou desigualdades marcantes entre os países situados na periferia e no centro deste sistema. Enquanto o centro desenvolveu-se saqueando e superexplorando a periferia, essa por sua vez teve seu desenvolvimento posterior atrelado a uma “ajuda externa” oferecida e direcionada pelo sistema hegemônico do capital. A essa ajuda convencionou-se chamar Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Foram criadas agências de “Ajuda Pública ao Desenvolvimento” conforme a necessidade dos países desenvolvidos em organizar seus termos de cooperação em cada situação.

O Haiti, como país mais empobrecido das Américas, distante apenas 3.000 quilômetros da economia e das forças armadas mais poderosas do mundo, e não estando em posição de recusar ajuda, quando lhe é oferecida, é também um dos maiores receptores de Cooperação Internacional da América, seja através das agências de cooperação ligadas à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), seja às organizações ligadas à cooperação alternativa (Sul-Sul). O Haiti é um país onde as contradições entre os projetos de cooperação vêm à tona, quando se busca observar os resultados de anos de intervenção externa, seja na economia, na política ou na segurança do país.

Analisar a situação atual do Haiti, implica em conhecer a sua história, que nos ajuda a entender como a intervenção externa influenciou, desde o século XV, o desenvolvimento haitiano. Seu passado colonial, quando esteve a serviço do enriquecimento da França, fornecendo madeiras para construção de barcos, servindo de entreposto para o tráfico de escravos, produzindo açúcar mais barato e mais rentável do que aquele produzido nas terras continentais, lhe rendeu o apelido de Pérola das Antilhas, por ser a responsável, em 1790, pela geração de 2/3 de toda a riqueza da França (JAMES, 2000). Essa riqueza, produzida pelas mãos de trabalhadores escravizados nas Antilhas e acumulada pela burguesia mercantil financiou, em 1789, a Revolução Francesa, em que a burguesia destituiu a nobreza e se instalou no poder na França, sob o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

Os trabalhadores escravizados, por sua vez, oriundos de diversas partes de África, traziam consigo também ideais de liberdade, por encontrarem-se cativos aos senhores de engenho, fraternidade com todos aqueles que se encontravam escravizados, e igualdade de direitos com os senhores franceses. Aproveitando-se da queda das defesas, causada pelo conflito na França, os escravos da então colônia de São Domingos sublevam-se em 1791 contra seus senhores e reivindicam sua liberdade, liderados por Toussaint Louverture e Jean Jacques Dessalines.

Após derrotar, em diferentes momentos, os três maiores exércitos do mundo à época - Inglaterra, Espanha e a França sob o comando de Napoleão Bonaparte -, em 1º de janeiro de 1804, é tomada a independência haitiana. A partir desse momento, a história haitiana passou a ser um exemplo a ser combatido, e o melhor a fazer para a manutenção do desenvolvimento capitalista das colônias, era isolar o Haiti, para que nunca se realizasse como uma nação plena. Após anos de embargo, em 1825, sem nenhum tipo de ameaça bélica ao Haiti, o presidente Boyer, assume, no que Louis Juste (2007) analisa como um pacto entre as classes dominantes (latifundiários haitianos e burguesia francesa) para aumentar a exploração do trabalho no Haiti, uma “dívida de independência”, como forma de indenização às perdas sofridas pelos colonizadores. Essa dívida significou para o Haiti uma subordinação da economia nacional aos interesses do capital estrangeiro, e para a França representou o aporte necessário para investir na modernização de sua economia e colocá-la em patamar de competição com a economia inglesa.

Com o pagamento da dívida como diretriz da política econômica, as terras haitianas foram destinadas às grandes plantações para exportação, e os trabalhadores liberados destas plantações, convertidos em camponeses após a revolução, foram formando suas pequenas posses no alto dos morros, longe da influência do Estado que surgia.

Em 1915, o Haiti sofreu sua primeira invasão norte-americana. Sob o pretexto de restaurar a ordem, após numerosos conflitos políticos envolvendo a deposição e assassinato de presidentes, 330 marines desembarcaram em Porto Príncipe em 28 de julho de 1915. Essa ocupação, que durou pouco mais de 19 anos, possibilitou aos EUA transferirem todo o ouro guardado no Banco Nacional do Haiti para o City Bank (SEGUY, 2014), num momento em que o capitalismo passava por uma séria crise estrutural, bem como a dívida, que passou a ser paga aos EUA. Segundo Louis Juste (2007), nesse ínterim também se estabeleceram empresas estadunidenses produtoras de gêneros agrícolas como as frutas e o sisal, num total de 3.250 km² de terras agricultáveis ocupadas.

Após a retirada dos marines do território haitiano, seguiram-se governos ditatoriais direcionados pelos EUA, que culminam, em 1956, com seu mais famoso representante: François Duvalier, ou *Papa Doc*, que privilegiava os latifundiários haitianos e os interesses imperialistas e aterrorizava a população mais pobre com sua milícia particular, conhecida como *Tonton Makout* (titios malvados). Ao declarar-se presidente vitalício do Haiti, *Papa Doc*, assume, inclusive, a responsabilidade de nomear o clero haitiano, com o consentimento do Papa Paulo VI, o que permite que seja neutralizada a oposição ao seu regime, e instaure-se o que autores como Louis Juste (2007) e Seitenfus (2014) chamam de “paz duvalieriana dos cemitérios”. Após a sua morte, em 1986, o regime será mantido por seu filho, Jean Claude Duvalier, o *Baby Doc*.

Desmorte neoliberal travestido de cooperação

Durante o regime dos Duvalier, a política haitiana acenou com grande entusiasmo para o imperialismo norte-americano, promovendo importantes concessões às empresas estadunidenses instaladas naquele território.

O final da década de 1970 e início da de 1980 foram os anos que marcaram o avanço das políticas econômicas neoliberais em toda a América Latina, através do que Klein (2008) chamou de “doutrina do choque”, que aproveita-se da baixa resistência da população causada por algum choque, seja político, econômico ou desencadeado por um fenômeno natural, para implantar medidas impopulares, como perda de direitos, diminuição do investimento em políticas públicas e privatização de serviços e empresas públicas, bem como para reconverter a economia aos interesses capitalistas estrangeiros.

O modo de vida camponês haitiano, particularmente, sofreu fortes impactos, devido a essas políticas, ligadas aos interesses imperialistas para a agricultura. A suinocultura adaptada ao clima e possibilidades haitianas foi exposta à gripe suína em 1978, o que levou às autoridades sanitárias a sacrificar todos os porcos crioulos da ilha, substituindo-os por outras raças, que por não se adaptarem tão bem àquelas condições, exigiam o emprego de diferentes insumos, produzidos fora do país. Isso tornou a suinocultura haitiana, antes bem estruturada e útil, em uma atividade cara e dependente, a qual poucos camponeses tinham condições de bancar.

A rizicultura foi a segunda vítima do neoliberalismo no Haiti, e sua história tem elementos importantes para entendermos o papel que a cooperação internacional tem na expansão do capitalismo nos territórios. Nos anos 80, a agricultura haitiana não só era capaz de produzir todo o arroz demandado por sua população, em suas planícies alagáveis, como exportava aos países vizinhos, a sua produção. O avanço da tecnologia no campo, a partir da Revolução Verde, gerou uma crise de superprodução do arroz estadunidense, cuja solução foi o amplo mercado consumidor haitiano. Foram criados subsídios para a venda e o arroz foi doado à população haitiana. Isso inviabilizou a produção haitiana, que não tinha condições de concorrer no mercado com o arroz estadunidense. O resultado disso, 20 anos depois, segundo Aristide (2000) é que o Haiti se tornou o terceiro maior importador de arroz dos EUA, consumindo cerca de US\$ 100 milhões por ano.

O desmorte do Estado promovido pelas políticas neoliberais adotadas por Jean Claude Duvalier e pelos presidentes que o sucederam após 1986, levou a população haitiana a uma total carestia. Os serviços privatizados, como distribuição de água, energia, coleta de lixo e esgoto, saúde, educação, são privilégio de uma pequena fração das famílias, enquanto as outras morrem exatamente por não terem acesso a esses serviços. Hoje apenas 1 em cada 5 casas de Porto Príncipe tem água encanada, enquanto o serviço dos caminhões-pipa chega

a custar 30 vezes mais, e não tem nenhuma garantia de qualidade. Apenas 1,4% da população da capital tem acesso à água potável. Na zona urbana, pouco mais de 45% das casas possui sistema de eliminação de dejetos, enquanto da zona rural, a proporção cai para 16%. A coleta de lixo chega a 30 a 50% das casas, e todo o lixo coletado vai para um lixão a céu aberto, o único da capital. A rede de energia elétrica está disponível apenas 8 horas por dia na capital do país, de longe podemos escutar o barulho dos geradores a gasolina que abastecem a maioria dos estabelecimentos comerciais.

O Estado enfraquecido, incapaz de cuidar adequadamente das vidas das pessoas abre espaço para as Organizações Não-Governamentais (ONGs) que se dedicam a processar carências causadas por sua ausência. Nesse contexto, Louis Juste (2007) define as ONGs como “instrumentos de guerra de baixa intensidade”, pois ao atuar diminuindo as dificuldades causadas na vida das pessoas pelas políticas econômicas neoliberais, elas ajudam a aplacar a tensão social que delas possa surgir, neutralizando a população diretamente atingida.

Seguy (2014) e Louis Juste (2007) analisam a atuação do que denominam Internacional Comunitária em diferentes momentos da história haitiana. Segundo Louis Juste (2003), a Internacional Comunitária “compreende tanto as instituições da ONU, quanto as ONGs locais e estrangeiras que atuam contra a associação voluntária dos trabalhadores, das minorias, das mulheres, dos indígenas, etc.”. Esse conjunto de organizações é responsável, segundo o autor pela mundialização do capital, sob a forma de especulação financeira.

À Internacional Comunitária soma-se ainda a atuação das agências de cooperação dos países organizados em torno da OCDE, responsáveis por inaugurar a “etapa consensual do imperialismo” (LOUIS-JUSTE, 2007). Essas agências oferecem ajudas aos países periféricos, condicionadas pela diminuição do papel do estado na economia e na propaganda ideológica a favor dos mercados.

Essa atuação conjunta favorece a privatização do desenvolvimento, e a desvinculação dos projetos a um plano de desenvolvimento nacional ou setorial (BURKE et al., 2008). O modelo de desenvolvimento aí adotado não ataca, portanto, as causas da pobreza, mas pelo contrário, agrava as desigualdades existentes, além de criar nas comunidades, a dependência dos projetos, agências financiadoras e ONGs.

Louis-Juste (2007, p. 282), reflete que “jamais um país do terceiro mundo escolheu o seu modelo de desenvolvimento fora de uma revolução, uma potência imperialista ou subimperialista decide da forma e conteúdo da cooperação internacional”. Portanto, nesse caso, a Cooperação Internacional, não só ameaça à soberania de uma nação, como impõe o modelo de desenvolvimento a ser seguido, bem como se autoconstrói, uma vez que o investimento feito nesse contexto se converte em dívida.

Intervenções militares – MINUSTAH

Em alguns momentos da história haitiana, a Cooperação Internacional por si só não foi suficiente para aplacar as desigualdades que se apresentaram pela adoção de políticas sociais e econômicas restritivas dos direitos da maioria da população. Portanto, fez-se necessário o uso da força para manutenção e aprofundamento de tais políticas.

Após a queda de Duvalier, em 1986, por pressão popular, seguiu-se o que se chamou de “duvalierismo sem Duvalier”, com a manutenção do regime sem a presença física do ditador. Apenas 4 anos depois, em 1990, foi escolhido em eleições democráticas Jean Bertrand Aristide, liderança religiosa ligada à teologia da libertação. Aristide foi impedido de governar por seus opositores, que instauraram um regime de exceção nas ruas, o que levou os EUA a ocupar novamente o país, em 1991, e depor o presidente eleito. A ONU por sua vez decretou um embargo econômico ao país, o qual acabou atrasando os planos estadunidenses de instalar plantas têxteis no país, além de prejudicar a exportação de produtos alimentícios. Em 1993, a ONU estabelece a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMH, por sua sigla em inglês), com objetivo de treinar as forças armadas haitianas e criar uma nova força policial (UNITED NATIONS, [2016a]), comandada pelo Canadá. O embargo só foi retirado com o retorno de Aristide ao Haiti, em 1994. Em 1995 a MNUH passa por um período de transição, até o seu completo encerramento. Neste mesmo ano, Aristide, ao retornar ao país, desmantela o Exército Haitiano.

Em 1997, a ONU estabelece novamente uma missão, dessa vez com caráter policial, denominada Missão da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH, por sua sigla em inglês), com objetivo principal de auxiliar o governo haitiano na profissionalização da Polícia Nacional Haitiana. Esta ocupação, comandada pela França, durou apenas 3 anos (UNITED NATIONS, [2016b]).

Em 2004, Aristide, novamente exercendo a presidência do Haiti, passa a governar por Decreto, uma vez terminados os mandatos dos Senadores, e sem alcançar um consenso para a composição de um Conselho Eleitoral Permanente. Os conflitos se agravam na rua, e novamente Aristide é deposto, e deixa o país sem um exército e com uma Polícia Nacional (PNH) completamente desestabilizada. Estabelece-se então um governo provisório, com o objetivo de restaurar a estabilidade e desencadear um processo eleitoral legítimo, bem como iniciar a reconstrução do país, assolado por grandes enchentes e furacões.

Nesse ínterim, o Brasil inicia suas negociações para ingresso no Conselho de Segurança da ONU, que estabelece uma nova missão no Haiti, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH, por sua sigla em inglês). O Brasil é convocado a participar ativamente das tratativas no Haiti e a comandar as tropas que se somam à MINUSTAH.

Dentre os principais objetivos estabelecidos para a MINUSTAH, estão: assegurar cumprimento da Constituição Haitiana, criando um ambiente político e institucional favorável; reestruturação e treinamento da PNH; Desarticulação do crime organizado; apoiar ações da PNH e da Guarda Costeira; ajudar na organização de novas eleições em todo o país; e monitoramento da situação dos Direitos Humanos no Haiti.

Com o “apoio” do Fundo Monetário Internacional, o governo transitório tinha a tarefa de retomar o controle financeiro do país, controlar os gastos públicos, “modernização de empresas públicas de serviços essenciais”, e criar empregos (VALLER FILHO, 2009).

Diferentes autores analisam a decisão do governo brasileiro em comandar a referida missão. Valler Filho (2009) analisa que além da orientação da política externa brasileira, de fortalecer os laços com a América Latina, e estabelecer uma agenda comum de desenvolvimento, pesou para a decisão a ambição de fazer parte do Conselho de Segurança da ONU. Simões (2011), chama atenção para o fato de que foi o próprio governo provisório haitiano quem solicitou a participação do Brasil na missão. Já Seitenfus (2014) tem um entendimento mais aprofundado da questão. O autor explica que a participação do Brasil na MINUSTAH favoreceria a indústria armamentista brasileira sem que fosse necessário pôr em risco a vida dos contingentes militares brasileiros em ações de guerra. Outro fator preponderante na composição da MINUSTAH foi o barateamento da missão. Foram convidados contingentes militares cuja manutenção é bem mais barata do que os contingentes estadunidenses, canadenses ou franceses, o que possibilitou aos EUA, que dispusessem de apenas um quarto do orçamento necessário à MINUSTAH (RICE apud SEITENFUS, 2014).

Após o terremoto que atingiu o Haiti em 12 de janeiro de 2010, tanto a cooperação internacional quanto o MINUSTAH redirecionaram suas ações para a urgência causada pela catástrofe. Os países latino-americanos, que antes exerciam funções importantes perderam seu protagonismo para os países que tiveram maior capacidade de arrecadar fundos. Segundo Hirst (2011), esses países passaram a definir objetivos e coordenar ações da cooperação internacional, direcionando recursos.

Ao longo de seus 12 anos de atuação no Haiti, os resultados da MINUSTAH continuam ainda pouco mensuráveis. Apesar de ter sido eficiente no desmantelamento do crime organizado transnacional instalado no Haiti, o país ainda está atualmente sob a atuação de um governo provisório, depois de encerrado o mandato do presidente Michel Martelly, sem que fossem realizadas eleições válidas, e apresenta grandes dificuldades em atingir a estabilidade necessária a um processo eleitoral legítimo. A reorganização Exército Haitiano ainda é uma reivindicação de camadas conservadoras e armadas da população, o que gera uma insegurança junto à população, o Haiti não apresenta instituições fortes, que possam dar soluções duradouras aos problemas que apresenta. O país ainda tem um sistema de

segurança e prevenção de catástrofes precário, e as taxas de miséria e mortalidade da população continuam aumentando.

A análise até aqui exposta, leva-nos a uma reflexão importante sobre o papel do Brasil na geopolítica mundial e especialmente na América Latina. Entendendo como Fontes (2009) “que o Brasil hoje integra o grupo desigual dos países capital-imperialistas, em posição subalterna”, podemos notar que na atuação brasileira no Haiti está presente a exportação de capitais (seja da indústria armamentista, seja da construção civil), a exploração do trabalho haitiano, muito vantajoso para a construção civil, a necessidade de expandir o mercado consumidor, todos atrelados à garantia da acumulação de capitais imperialista, ainda que com uma certa autonomia quanto à política expansionista. Estas características, Marini (1977) atribui a uma política subimperialista, praticada por países como Brasil e Argentina, na América Latina.

Uma nova proposta: Solidariedade

Os movimentos sociais haitianos, organizando-se em torno do Fórum Social Mundial e da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América, preparando para combater e contrapor a presença de tropas estrangeiras no Haiti, fazem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 2004, uma proposta de composição de uma solidariedade ativa com os movimentos camponeses haitianos.

Além disso, os trabalhadores de todo o mundo, e especialmente brasileiros, tem uma espécie de dívida histórica com o povo haitiano, que ao se levantar contra os franceses no século XVIII, serviu de exemplo a diversos levantes de trabalhadores escravizados, num fenômeno conhecido na literatura como Haitianismo (REIS apud SEITENFUS, 2014).

Iniciam-se então as articulações da Via Campesina Brasil com a Via Campesina Haitiana para estabelecer em território haitiano uma brigada de solidariedade, a qual será concretizada apenas em 2009.

Trazendo a vasta experiência da Via Campesina Internacional na articulação de diversos movimentos do campo em torno das pautas da Soberania Alimentar, contra os organismos geneticamente modificados e os agrotóxicos, Reforma Agrária e contra o Acaparamento de terras (VIEIRA, 2011; DESMARAIS, 2007), a Brigada Dessalines estabelece como objetivos: conhecer a realidade do campo haitiano; entender as formas de organização dos sujeitos camponeses e propor programa de cooperação a partir desse entendimento; apoiar o movimento camponês haitiano; troca de experiências; organizar centro de experimentação/formação camponesa.

Dois desafios se colocavam como imediatos para os integrantes da Brigada: a comunicação com os camponeses, ou seja, falar o *kreyòl*, e superar a questão racial que

permeia toda a sociedade haitiana, e se confunde com a luta de classes em si. Ambos os desafios foram superados através da convivência com a comunidade, inserindo-se no trabalho cotidiano no campo, o que já foi um fator diferenciador tanto das ONGs (cujos agentes não tem tempo suficiente para uma convivência de mais de uma semana nas comunidades), quanto dos exércitos (que trazem sempre consigo antipáticos capacetes azuis e coletes a prova de bala).

O exemplo de solidariedade mais próximo da Brigada Dessalines, é o da brigada de médicos cubanos, que hoje conta com mais de 600 profissionais e dá assistência às mais longínquas localidades do país, onde nenhum outro profissional ou organização chegam, lá estão esses médicos salvando vidas todos os dias.

A coordenação política do programa de cooperação da brigada Dessalines ficou a cargo do *4Je Kontre*, correspondente à Via Campesina Haitiana. Logo todas as ações partem da decisão coletiva dos movimentos haitianos, e não o contrário.

Com a crise agravada pelo terremoto de 2010, as organizações, agora incluindo a ALBA, se mobilizaram e enviaram 32 militantes para trabalhar na estruturação de diversas comunidades em todos os 10 departamentos do país. Esses militantes instalaram cisternas de emergência, fornecidas pelo Governo do Estado da Bahia, articularam a produção de alimentos e sementes, implantaram viveiros de mudas florestais, visando a recuperação ambiental e principalmente estavam dispostos a viver nas mesmas condições do povo haitiano e com ele aprender estratégias de convivência com o ambiente inóspito e sobrevivência em comunidade.

Além disso, foi promovido um intercâmbio de um ano entre jovens militantes de movimentos camponeses haitianos nos territórios dos movimentos camponeses brasileiros, que rendeu bons debates, e ajudou a avançar no entendimento das organizações quanto ao seu papel junto às comunidades, e ao seu desenvolvimento.

A maior lição tirada da atuação da Brigada Dessalines é de que a solidariedade com o povo haitiano não está completa se não lutamos em nossos países pela retirada dos efetivos militares e retomada das ações para recuperação de fato do Haiti, como uma nação soberana.

Considerações finais

“O povo do Haiti não precisa de soldados armados. O povo do Haiti precisa de solidariedade para desenvolver as forças produtivas de seu território e produzir os bens que precisam para sair das imensas necessidades que padecem”. (STÉDILE, 2013).

O papel que a Cooperação Internacional Tradicional desempenha na promoção do desenvolvimento haitiano, é o de liberar territórios e organizar o capitalismo dependente, atuando de forma que não haja superação dessa relação de dependência, o que aprofunda

ainda mais a crise econômica, política e ambiental por que passa a sociedade haitiana já há um longo período de tempo.

As ONGs como processadoras de carência são ameaças à soberania haitiana, pois atuam para a omissão das desigualdades, e promoção de desenvolvimento isolado de um programa nacional, que tenha um respaldo na sociedade como um todo e possa de reproduzir de forma autônoma.

As ocupações militares, por sua vez, longe de cumprirem os objetivos que declararam, serviram como força repressora nos momentos em que a atuação das ONGs por si só não garantiu a passividade do povo. A MINUSTAH, mais recente das ocupações tem um componente que nos chama ainda mais atenção por ser comandada e hegemônica por oficiais brasileiros, o que marca a política externa brasileira, relativamente autônoma, e apresentando um protagonismo, mas operando ou possibilitando a operação das políticas dos países centrais do capitalismo.

Os movimentos sociais latino-americanos, por sua vez, encabeçados pela ALBA e Via Campesina, buscam construir uma solidariedade ativa, alternativa à atuação do exército de seus países, calcada na convivência nas comunidades haitianas, na preocupação com as demandas levantadas por elas, e principalmente referenciada na atuação dos próprios movimentos camponeses haitianos, nesse campo há ainda muito que aprender e ensinar. A tarefa que está colocada para nós em todo o continente é exigir a retirada das tropas estrangeiras do Haiti, e a reconstrução de um programa de desenvolvimento soberano para aquele país.

Referências

ARISTIDE, Jean Bertrand. **Eyes of the heart: seeking a path for the poor in the age of globalization.** Monroe: Common Courage Press, 2000. Disponível em: <http://www.thirdworldtraveler.com/Aristide/Eyes_Heart_Aristide.html>. Acesso em: 16. jan. 2014.

BURKE, Megan et al. (Comp.). **Modelos de cooperación internacional en Centroamérica:** perspectivas de los movimientos sociales. Managua: Centro de Estudios Internacionales, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Nicaragua/cei/20120809033614/modelos.pdf>>. Acesso em: 25. nov. 2014.

DESMARAIS, Anette Aurélie. **A Via Campesina:** a globalização e o poder do campesinato. São Paulo: Cultura Acadêmica: Expressão Popular, 2013.

FONTES, Virgínia. O imperialismo brasileiro. In: ROSA LUXEMBURGO STIFTUNG (Org.). **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina:** um debate necessário. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 219-245.

HIRST, Monica. A Reconstrução do Haiti: novos desafios para cooperação regional e o papel do Brasil. In: BRASIL. Fundação Alexandre Gusmão. Ministério das Relações Exteriores (Ed.). **III Seminário Brasil-Noruega sobre Paz e Reconciliação**. Brasília: Funag, 2011b. p. 63-78. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/883-III_Seminario_Brasil_Noruega.pdf>. Acesso em: 04. jul. 2015.

JAMES, C. L. R. **Os Jacobinos negros**: Toussaint Louverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Tradução Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LOUIS-JUSTE, Jean Anil. **Internacional Comunitária**: ONGs chamadas alternativas e o projeto de livre individualidade: Crítica À parceria enquanto forma da solidariedade de espetáculo no Desenvolvimento de comunidade no Haiti. 2007. 353 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/9571/arquivo8293_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20. nov. 2014.

_____. **Comprendre l'hégémonie de l'Internationale Communautaire en Haïti**. 2003. In: Alterpresse. Disponível em: <<http://www.alterpresse.org/spip.php?article749#.VRhPOcZVikq>>. Acesso em: 21. jan. 2015.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, México, v. 1, n. 12, jun. 1977. Disponível em: <<http://www.geopolitica.ws/media/uploads/CP.12.4.Marini.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010**, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti. Campinas, 2014. 399 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti**: dilemas e fracasso internacionais. Ijuí: Ed. Ijuí, 2014.

SIMÕES, Antônio José Ferreira. Brasil e Haiti: parceria em busca de um futuro melhor. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Fundação Alexandre Gusmão (Ed.). **III Seminário Brasil-Noruega sobre Paz e Reconciliação**. Brasília: Funag, 2011. p. 11-28. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/883-III_Seminario_Brasil_Noruega.pdf>. Acesso em: 04. jul. 2015.

STÉDILE, João Pedro. **Haiti**: eles precisam de solidariedade, não de soldados! [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <morena.livia@gmail.com>. Acesso em: 29 mar. 2013.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a Crise Haitiana**: A cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/375-Brasil_e_a_Crise_Hatiana_O.pdf>. Acesso em: 09. dez. 2014.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários Unidos à Globalização da Esperança**: Um Estudo sobre Internacionalismos e a Via Campesina. São Paulo: Alameda, 2011.

UNITED NATIONS. **United Nations Mission in Haiti (UNMIH)**: Background. 2016. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unmihbackgr1.html>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. UNITED NATIONS. **UNITED NATIONS CIVILIAN POLICE MISSION IN HAITI**. 2016. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/miponuh.htm>>. Acesso em: 10 out. 16.

Recebido para publicação em 10 de setembro de 2016.

Devolvido para a revisão em 08 de outubro de 2016.

Aceito para a publicação em 19 de novembro de 2017.